

ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XXI: NOVAS ABORDAGENS, NOVAS PERSPECTIVAS

SÔNIA MARIA SOARES DE OLIVEIRA
UECE. E-mail: soniasoares_bb@hotmail.com

Do Século XIX ao Começo do século XX

A História enquanto disciplina escolar integra o conjunto de disciplinas que ao longo do tempo foram se constituindo como saberes fundamentais no processo de escolarização em nossa sociedade.

A partir do século XIX, o estudo da História começou a fazer parte dos currículos escolares dos diferentes níveis do ensino brasileiro. Sendo assim, a História escolar se constituiu historicamente, e o conhecimento produzido por ela também está inserido em determinado contexto histórico.

A História e outras tantas disciplinas escolares, como a matemática, a geografia e a Educação Física, têm nas últimas décadas, feito parte do cotidiano de milhares de alunos e professores de tal forma, que acabamos por achar natural essa organização curricular e essa maneira de ser da escola, acabamos por esquecer que essas disciplinas se constituíram historicamente. (BINTECOURT, 2004, p. 70)

Logo, é fundamental conhecer a história das disciplinas uma vez que cada uma possui uma história é preciso, portanto, situá-las no processo dinâmico de sua formação. Neste sentido, a história como disciplina escolar autônoma surgiu em fins do século XIX, na Europa em meio aos movimentos de laicização da sociedade e constituição das nações modernas. A genealogia das nações era a característica principal do discurso histórico.

A História tinha, pois a finalidade de criar a genealogia da Nação e do Estado. Pautada no discurso enciclopédico, no método científico e nas concepções positivistas, esses pressupostos orien-

taram o sentido da história, tanto como ciência como disciplina. O papel principal da história, portanto, seria construir o passado tal como fora, revelando heróis e fatos marcantes omitindo a participação das maiorias que são quase sempre silenciadas.

Nas palavras de Nadai (2006, p. 24): “a História é a árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras”. O principal objetivo do discurso histórico era, pois a exaltação da Nação, do Estado e de determinadas figuras da elite dirigente baseado nos pressupostos positivistas e, em contrapartida, a omissão da participação de outros grupos sociais no processo histórico que era visto como linear e progressivo, tendo pois um caráter teleológico.

No Brasil, a preocupação principal da História era a criação de uma identidade comum baseada em uma nacionalidade harmônica formada sem conflitos. Assim se construía um discurso histórico, que salientava a contribuição dos vários grupos étnicos e classes sociais na formação de uma nação sem divergências e sem conflitos. Daí o início do ensino de história no Brasil ter sido marcado pela historiografia positivista.

De meados do século XIX até a Proclamação da República, o projeto proposto para o ensino de história consistiu em preparar as elites para o exercício do poder e para a direção da sociedade, o que se propunha era formar o cidadão, dando-lhe a consciência de pertencer a uma nação que se consolidava conforme os ideais da democracia liberal. “É observado que o ensino de história visava atender uma sociedade que não pensasse por si só, pois esse ensino surgia como mero suplemento da história europeia, nunca como protagonista”. (NADAI, 2006, p.146).

Segundo Nadai (2006), a história produzida na Monarquia e na República teve como propostas a construção da nacionalidade brasileira, o amor à pátria e à nação. Assim, fica claro quais eram os objetivos da ideologia dominante à época, pois não havia interesse, por parte da classe dominante, em mostrar o lugar de sujeição da

Colônia com relação à Metrópole, nem tampouco, a dominação social sofrida pelos povos africanos e nativos. Pautava-se, unicamente em criar a identidade da nação resultante da colaboração do branco colonizador, do negro e do índio. Assim sendo, a história visivelmente pauta-se na supremacia europeia e na perspectiva elitista.

Com o advento da República houve novos desafios, buscou-se um ensino cívico voltado para a constituição de um Estado patriótico. O currículo fora transformado a fim de atender as necessidades do poder político vigente. A História Nacional identificou-se com a História da Pátria, cuja missão juntamente com a História da Civilização, era de integrar o povo brasileiro a moderna civilização ocidental. A História Pátria foi entendida como o alicerce da “pedagogia do cidadão”, seus conteúdos deveriam enfatizar as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens históricos nas lutas pela defesa do território e pela unidade nacional.

Esse fato foi reforçado no espaço escolar, sobretudo pela criação de um discurso que valorizava uma memória oficial e desvalorizava ou silenciava o papel das camadas menos privilegiadas no processo histórico. A História servia assim como legitimadora e justificadora do projeto político de dominação das elites.

Essas características permaneceram por muito tempo como a marca da História ensinada em nossas escolas até os anos 30 do século XX, consolidando-se assim a exaltação de uma memória histórica Nacional e patriótica nas escolas do país.

A década de 1930 veio como um fortalecimento do poder central do Estado e do controle sobre o ensino, nesta perspectiva o ensino de história passou a ser semelhante em todo o país. Sendo assim, nos anos 30, os currículos sofreram algumas mudanças, entre propostas para uma educação humanística e/ou científica, a história passou a ser responsável pela formação do homem moderno.

Foi ainda, a partir dos anos 30 do século XX que começaram a surgir as propostas de substituir História e Geografia nas escolas

primárias por Estudos Sociais. Esse projeto foi inspirado em escolas Norte Americanas e visava à integração do indivíduo à sociedade da forma mais adequada possível.

Os Estudos Sociais faziam uma síntese de conteúdos de História, Geografia, Sociologia, e Antropologia Cultural, sendo assim era difícil estabelecer efetivamente os conteúdos de História neles abordados.

os estudos históricos tornavam-se bastante reduzidos, constituindo apêndices de uma geografia humana e de uma educação moral e cívica que fornecia informações sobre a administração institucionalizada (municípios, Estados) e sobre símbolos pátrios (hinos e bandeiras) e sobre os deveres dos cidadãos : voto, serviço militar, etc (BINTTENCOURT, 2004, p. 76)

De acordo com Selva Guimarães Fonseca em seu trabalho *Caminhos da História Ensinada (2008)*, a partir de 1940, no Estado Novo, o Ministério da Educação e Saúde Pública estabeleceu o ensino de História no Brasil como disciplina autônoma, desvinculando assim, a história do Brasil da História Universal.

Durante as décadas de 1950 e 1960 foram estabelecidas novas expectativas em relação ao ensino de história, os conteúdos foram selecionados e influenciados por historiadores estrangeiros; neste contexto de pós-guerra, os debates foram colocados no âmbito da escolarização, as pressões intensificaram essas perspectivas e a história foi entendida a partir da sucessão linear dos centros econômicos hegemônicos.

A História Durante o Regime Militar

Com a Ditadura Militar, foi oficializado o ensino dos estudos sociais nas Escolas brasileiras, ou seja, a historiografia foi repensada. Desta forma, nota-se que o ideário da educação nesse período baseava-se também em um desenvolvimento econômico mediante o controle da Segurança Nacional. Para Selva Guimarães Fonseca

a explicação para isso é de ordem política, fundamentalmente, os propósitos do poder que agia no sentido de controlar e reprimir as opiniões e os pensamentos dos cidadãos, de forma a eliminar toda e qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário.

O processo de reforma da educação durante os governos militares ocorreu sobretudo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 4024 de 1961, com a reforma no ensino superior propugnada pela Lei 5540 de 1968 e com a reforma do ensino de 1º e 2º graus proposta pela Lei de nº 5692 de 1971 que tiveram como fundamento o ideal de desenvolvimento e segurança nacional vigente então no país.

Um dos principais pontos dessas reformas estava relacionado ao ensino de 2º grau que a partir de então passou a ter como prioridade a formação específica de mão-de obra para o trabalho, em detrimento de uma educação integral com ênfase na formação geral do educando. Sendo assim o “ensino de 2º grau voltava-se para a habilitação profissional dos alunos”. (FONSECA, 2008, p.21).

Assim percebe-se que no interior do projeto educacional dos governos militares o ensino de história foi um alvo que mereceu especial atenção por parte dos reformadores, sobretudo porque os propósitos do poder, de acordo com o ideal de segurança nacional era agir no sentido de controlar e reprimir as opiniões dos cidadãos que viessem a se constituir como resistência ao regime autoritário.

As mudanças curriculares no ensino de 1º e 2º graus ocorridas com a reforma de 1971 previam a adoção de Estudos Sociais englobando os conteúdos de Geografia e História no curso de 1º grau. O principal objetivo dos governos militares era a descaracterização das Ciências Humanas e entre elas a História como campo de saberes autônomos, pois acabavam sendo transformadas em um conjunto de conhecimentos superficiais sobre a realidade brasileira.

Ainda dentro do Projeto Educacional dos governos militares, sobretudo no final dos anos 60 e começos dos anos 70, foram planejadas ações para revitalizar a educação moral e cívica nas escolas brasileiras. A partir principalmente da LDB de 1971 a Educação

Moral e Cívica passou a ser tratada como prática educativa e em 1972 foi criada a disciplina de Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

com o golpe militar de 1964, o Estado passa a se preocupar enormemente com a necessidade de revigorar o ensino de educação moral e cívica sob a ótica da doutrina de segurança nacional, tendo como contrapartida a descaracterização e o esvaziamento da história enquanto disciplina autônoma nas escolas de 1º grau” (FONSECA, 2008, p.36).

Dessa forma o ensino de história foi sendo vinculado aos princípios norteadores da educação moral e cívica. Houve na realidade uma tentativa deliberada de substituir história e geografia por estudos sociais, uma tentativa de dissolução destes campos do saber em nível da formação da juventude.

as forças políticas detentoras do poder, ao tentarem destruir o ensino de história como possibilidade de reflexão, substituindo-o por conceitos de moral e civismo tiveram como preocupação transmitir valores morais e políticos úteis à consolidação do projeto autoritário desenvolvimentista. (FONSECA, 2008, p. 43).

A História Escolar nos anos 1980

No final dos anos 1970 no processo de redemocratização do país multiplicaram-se as discussões acerca do conhecimento histórico e do ensino de história vigentes até então. Os movimentos populares se posicionavam dando força ao andamento das reformas, essa expressão foi apoiada mediante o crescimento das associações de historiadores, como a ANPUH e de outros locais de discussão e produção histórica, como o IHGB. Nessa perspectiva, essas associações buscaram um retorno das disciplinas de História e Geografia nos currículos escolares e em contrapartida, a extinção das licenciaturas de estudos sociais.

No interior do movimento social organizado, a escola e o ensino de história começaram a aparecer como alvo de críticas e contestações. Também no campo da produção historiográfica acadêmica percebeu-se a partir dos anos 70 e 80 uma renovação na produção do conhecimento, sobretudo devido à influência das novas correntes historiográficas, principalmente às ligadas a Escola dos Annales, na França. Essa produção privilegiava múltiplas leituras do social superando em muito as tendências tradicionais adotadas até então.

Assim, o repensar do ensino de história ganha espaços cada vez maiores no contexto dos anos 80. Sob influência do Marxismo, da Nova História e da Historiografia Inglesa, alguns livros didáticos foram renovados, outros surgiram, incorporando os avanços acadêmicos que contribuíram para a retomada da disciplina de história como espaço para um ensino crítico. O ideário desta “nova” proposta trouxe consigo o advento da interdisciplinaridade das ciências sociais que por sua vez pretendia formar uma massa de cidadãos não obedientes ou dóceis diante das ordens estabelecidas. Buscava-se, portanto, uma educação mais crítica e interativa.

Assim, os anos 80 são marcados por discussões e propostas de mudanças no ensino de história. Resgatar o papel da História no currículo passa a ser tarefa primordial de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular, tornando-se quase fonte ‘exclusiva’ e ‘indispensável’ para o processo de ensino-aprendizagem. (FONSECA, 2008, p.86).

O momento político pelo qual o país passava de derrubada dos governos militares acendia uma série de movimentos populares de luta pela abertura e redemocratização, esse momento refletia também nas críticas que eram feitas a escola enquanto instituição que durante esses anos esteve submetida ao controle técnico burocrático- militar e ao ensino de história que nesse contexto tinha servido como instrumento ideológico do Estado.

Nos anos 80 o discurso educacional é dominado pela dimensão sócio-política e ideológica da prática pedagógica. A produção

da pesquisa incide sobre o livro didático e começam os primeiros trabalhos sobre o currículo, e alguns refletem sobre uma análise teórica. Houve também, na década de 80, a introdução de novos sujeitos sociais, aqueles que outrora eram considerados insignificantes, a exemplo do negro e da mulher.

É importante destacar as contribuições da Nova História para o ensino de história no Brasil, pois por meio desta corrente podemos constatar a ampliação das temáticas a serem observadas e analisadas como objeto de estudo, não descartando também a abertura para possibilidades de novos documentos, visto que a historiografia brasileira anterior a década de 80 era positivista, voltada sobretudo para os grandes heróis e para os chamados “registros oficiais”.

Assim, o ensino de história dos anos 80 revelam um período de tensões e criatividade devido ao contexto político por qual passava o país bem como devido à renovação teórico- metodológica pelo qual passava a produção historiográfica acadêmica.

A História nas Atuais Propostas Curriculares

Entramos na década de 90 com os debates sobre a renovação curricular. Um dos frutos deste debate são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que se constituem como proposta de reforma curricular oferecido pelo Ministério da Educação e do Desporto às secretarias da educação, escolas, instituições de pesquisa, editoras e a todas as pessoas interessadas em educação, dos diferentes estados e municípios brasileiros. Os Parâmetros cumprem o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor na busca de novas abordagens e metodologias.

Na realidade desde os anos 80 várias propostas curriculares foram sendo criadas com o objetivo de renovar o ensino de história em todo Brasil. Sobretudo, a partir da segunda metade da década de 90, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais

produzidos pelo Governo Federal, que visa a implantação de um ensino de história mais significativo para a geração que faz parte do atual contexto da sociedade do conhecimento.

As reformulações curriculares que vem sendo feitas em nosso país a partir da década de 90 do século XX são na realidade um fenômeno que faz parte de um contexto bem mais amplo, outros vários países no mundo todo também passaram pelo mesmo processo.

O significado de toda essa mudança no conceito de educação é na realidade a necessidade de se educar uma população de acordo com a lógica capitalista contemporânea, da sociedade tecnológica que pressupõe pessoas com domínios mais amplos do conhecimento.

Para esse modelo capitalista criou-se uma sociedade do conhecimento, que exige, além de habilidades intelectuais mais complexas, formas de manejar informações provenientes de intenso sistema de meios de comunicação de se organizar mais autônoma, individualizada e competitivamente nas relações de trabalho (BINTTENCOURT, 2004, p. 102).

Sendo assim, a partir do final dos anos de 1980 criaram-se várias propostas curriculares de história para o ensino fundamental e médio, as quais circulam pelos Estados e Municípios além dos PCN's que são resultado da incorporação de parte dessa produção.

O ensino de história de acordo com as atuais propostas curriculares está presente em todos os níveis de ensino, e com a geografia constitui uma das bases das Ciências Humanas, desde as séries iniciais até o fim do ensino básico.

Nas séries iniciais de primeira à quarta série a principal característica das propostas curriculares é o fato de os conteúdos terem como base de organização os chamados eixos temáticos, além da introdução de uma concepção de história local, articulada com o nacional e o geral.

Para as séries finais do ensino fundamental a opção é pela história sociocultural, o domínio de conceitos – chaves, bem como a organização por eixos temáticos e temas geradores.

No que diz respeito ao ensino de história para o ensino médio as atuais propostas curriculares continuam com a tendência de se fundamentar nos pressupostos da História Social e Cultural. Essa tendência tenta superar uma visão histórica que tinha como base o positivismo que privilegiava os feitos dos heróis e dos grandes homens, bem como uma análise baseada no marxismo estruturalista que privilegiava a análise das estruturas econômicas no processo histórico, incorporando assim contribuições, sobretudo da Nova História Francesa.

A escola vem sendo um espaço que assume a responsabilidade de formar indivíduos aptos para se encaixar no mercado de trabalho, a idéia agora é de que todo o sistema de ensino, no seu processo pedagógico, leve em conta mais 'o interesse' do educando, atendendo às necessidades formativas adequadas ao perfil de sua condição de destinatário final desse processo dentro da atual conjuntura capitalista.

a proposta curricular nacional para a área de história, no ensino médio, evidencia dois discursos: a dimensão econômica, pois o desenvolvimento econômico e produtivo do Brasil depende de uma proposta que norteie uma formação de competências e habilidades necessárias a constituição de um padrão de qualidade do trabalhador/consumidor para o mercado; e a dimensão política, que a finalidade da formação básica para o exercício da cidadania (FONSECA E SILVA, 2007, p. 61).

É nesse sentido que devemos entender tais reformas educacionais incluindo as relativas ao ensino de História. Inclusive no que se refere à adoção de temáticas e novas linguagens e metodologias mais de acordo com a sociedade do conhecimento.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe M. F (org). *Livros didáticos entre textos e imagens. O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. São Paulo, Editora Papirus, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marcos. *Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido*. Editora Papirus, Campinas, São Paulo, 2007.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. *A produção de um saber escolar: a história e o livro didático*. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLE, Marlene Rosa (org) *III ENCONTROS: Perspectivas do Ensino de História*, Curitiba: aos Quatros Ventos, 1999, p. 276-284.

NADAI, Elza. *O ensino de História e a Pedagogia do cidadão*. In: PINSKY, Jaime (org). *O ensino de História e a criação do fato*. 12ª Ed, Editora Contexto, São Paulo, 2006.